

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1276294 - DF (2018/0083110-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADOS : GUILHERME RODRIGUES DIAS E OUTRO(S) - RJ058476
DIRCEU MARCELO HOFFMANN E OUTRO(S) -
GO016538
THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLI - AM007730
ANDERSON WILLY MOREIRA LEMOS - DF050134
ROBSON COSTA MELLO - MG159137
PAULO BASTOS BARREIROS NEVES E OUTRO(S) -
DF049901
LEONARDO DE MEDEIROS FERNANDES E OUTRO(S) -
PE023776
AGRAVADO : EMPRESA SANTO ANTÔNIO TRANSPORTE E
TURISMO LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO : MIGUEL ALFREDO DE OLIVEIRA JUNIOR -
ADMINISTRADOR JUDICIAL - DF012163
AGRAVADO : LISBOA E ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADA : SIRLENE PEREIRA LIMA E OUTRO(S) - DF024354

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO À HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. IMPROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. PRECEDENTE. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Segundo precedente desta Corte, "o § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito" (AgInt no AREsp n. 1.187.650/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 30/4/2018).

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedida a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

